

A sexualidade humana: uma visão histórico-social

Rita Trevisan¹

Resumo

A sexualidade é um fenômeno anterior ao aparecimento do homem, porém, vem sendo estudada objetivamente há apenas algumas centenas de anos. Longe de ser somente um ato físico, de natureza imutável, adquiriu significado simbólico bastante complexo e hoje funciona como uma estrutura social e cultural em si mesma, situada dentro de um sistema de poder. Este estudo propõe uma revisão dos principais aspectos ligados à sexualidade, particularmente no Ocidente e no Brasil, numa ótica que privilegia a visão histórico-social do tema.

Palavras-chave: comunicação, história, sexo, sexualidade.

1. Introdução

A sexualidade pode ser abordada por diversos aspectos, dada sua complexidade e importância em todas as dimensões da vida humana. No presente trabalho, pretende-se construir uma visão histórico-social do tema, tendo como foco principal a experiência do Ocidente. Para tanto, a sexualidade será sempre vista em termos de processo, em contínua transformação. O objetivo é observar como e porque mudaram, ao longo dos últimos séculos, os códigos e valores ligados ao sexo, bem como indicar que certas mudanças no comportamento sexual coincidem com transformações econômico-sociais e políticas, não por acaso.

Delimitado assim o campo em que a pesquisa se desenvolverá, começamos por observar que a sexualidade humana e mesmo a anatomia sexual humana fazem parte da herança biológica do homem. Como a própria teoria da evolução indica, o sexo é anterior ao aparecimento do homem e, portanto, não foi por ele inventado. No entanto, entre os homens, o ato transformou-se num fenômeno singular, que só nas últimas centenas de anos começou a ser estudado de modo mais objetivo, particularmente com o desenvolvimento das ciências empíricas, como a Medicina e a Psicologia, e com o enfraquecimento da crença nas religiões e nos códigos morais.

O ato físico, praticado para aliviar tensões corpóreas ou para reprodução, ao longo dos anos transformou-se numa área básica para a moralidade e até mesmo para a forma de organização das sociedades. Como pontua Edgar Gregersen (1983, p. 3): “Numa distância ainda maior da biologia, ele gerou temas que passam através da religião e da arte, e assim participa de sistemas simbólicos excessivamente complexos.” De uma forma de adaptação biológica, em todas as culturas humanas, o sexo evoluiu para se tornar um referencial de códigos sociais e até mesmo morais.

Em sua complexidade, articula dois eixos completamente diferentes da vida humana: um individual e outro coletivo. De um lado, é o elemento onde libido, pulsões, desejos, prazeres e desprazeres interagem, num contexto de profunda intimidade. De outro lado, é elemento regulador da economia e da política, uma vez que está inscrito na dimensão da sexualidade o aspecto da reprodução e do crescimento da população, cujos efeitos atingem a sociedade de modo significativo (MURARO, 1983, p. 21).

E é justamente em sua dimensão social que a sexualidade adquire seu caráter de mais alto impacto.

1 Jornalista, mestranda em Comunicação Social pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Metodista de São Paulo – Umesp.

Freqüentemente está ligada aos valores morais que, por sua vez, determinam comportamentos, usos e costumes sociais que dizem respeito a mais de uma pessoa. “As relações sexuais são relações sociais, construídas historicamente em determinadas estruturas, modelos e valores que dizem respeito a determinados interesses de épocas diferentes” (NUNES, 1987, p. 15).

Na atualidade, já se sabe que nenhuma cultura lida com o sexo como um fato natural bruto. Ele é considerado em seu contexto simbólico, dada sua representação de sentidos, valores e as normas relacionadas a ele.

Em sua obra *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*, Marilena Chaui propõe encarar a sexualidade sob um prisma mais abrangente (1988, p. 30):

[...] como a atmosfera difusa e profunda que envolve toda nossa vida (nossas relações com os outros, com nosso corpo e o alheio, com objetos e situações que nos agradam ou desagradam, nossas esperanças, nossos medos, sonhos, reais ou imaginários). Como dimensão simbólica (individual e cultural) que articula nosso corpo e nossa psique, suas máscaras, disfarces, astúcias e angústias.

Para Michel Foucault (1985, p. 98), compreender a sexualidade, em sua complexidade, prevê enxergá-la também como um produto das densas relações de poder: entre homens e mulheres, pais e filhos, educadores e alunos, padres e leigos e assim por diante. Nas relações de poder, a sexualidade é, segundo o autor, um elemento dotado de instrumentalidade. Pode ser usado em inúmeras manobras, nas relações sociais, bem como pode tornar-se útil na articulação das mais variadas estratégias. Para o autor (1985, p. 100):

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.

No mundo atual, somos continuamente assediados por um “ambiente sexual” que se manifesta nos mecanismos de sustentação da sociedade.

2. A experiência do Ocidente

Datam do período paleolítico as primeiras expressões artísticas que refletem a exaltação dos povos antigos à condição sagrada do corpo da mulher, do homem e, mais precisamente, ao encontro sexual capaz de gerar vida. Junto aos primeiros utensílios, confeccionados em osso e pedra, foram encontradas extensas produções de pinturas e esculturas que mostravam o corpo estilizado da mulher e, mais especificamente, a vagina, os seios e o útero. Da mesma forma, apareciam nos registros pré-históricos simbolismos que remetiam ao falo ou ao pênis ereto. Nossos ancestrais pareciam impressionados com a existência dos dois sexos e chegavam a realizar ritos eróticos sagrados em ocasiões religiosas importantes, como o retorno anual da primavera. Conforme pontua Riane Eisler, em sua obra *O Prazer Sagrado* (1996, p. 78): “[...] a união da fêmea com o macho, ou da mulher com o homem, era celebrada como uma epifania ou manifestação sagrada dos poderes misteriosos que concedem e mantêm a vida”. Esses rituais, assim como as imagens sexuais da arte paleolítica ou mesmo do período neolítico, refletiam uma visão da vida e da religião na qual a celebração do prazer era primordial. Segundo Eisler (1996, p. 81):

[...] nossos ancestrais exaltavam o sexo não apenas em relação ao nascimento e procriação, mas como a fonte misteriosa – e, neste sentido, mágica – tanto do prazer quanto da vida. [...] Os mitos e ritos eróticos pré-históricos não eram apenas expressões de alegria e gratidão pela dádiva da vida [...] mas também expressões de alegria e gratidão pelas dádivas do amor e do prazer – particularmente pelo mais intenso dos prazeres físicos, o prazer do sexo.

Essas noções mais primitivas relacionadas à sexualidade foram incorporadas e mantidas por diversas civilizações do Oriente, que se caracterizaram pelo desenvolvimento de uma *ars erotica*, incluindo-se aí civilizações como Índia, China e Japão. Essa “arte erótica” busca o prazer pelo prazer, encarado como prática e símbolo de experiência, sem qualquer referência ao seu caráter lícito ou mesmo de utilidade (FOUCAULT, 1985, p. 56). Prevê domínio total do corpo, gozo excepcional, esquecimento do tempo e dos limites, entre outros elementos de caracterização bem específicos.

A cultura sexual ocidental, por outro lado, não é detentora de uma *ars erotica* e sim de uma *scientia sexualis* (FOUCAULT, 1985, p. 56). Essa maneira de ver o sexo e as práticas sexuais orientou-se muito mais no sentido de organizar procedimentos e estabelecer critérios para separar o lícito do ilícito, o socialmente aceito do que é visto com reservas pela sociedade, o que está de acordo com as normas médicas do que caracteriza-se como anomalia.

No mundo ocidental, muitos dos ritos antigos foram completamente modificados e inseridos numa nova lógica, preocupada em satisfazer as exigências da ordem social dominada pelo homem, altamente hierárquica e violenta. As imagens características da nossa cultura passaram a ser as que exaltam a dor, o sofrimento e a morte (Eisler, 1996, p. 96). A institucionalização desses conceitos – da violência e da dominação nas relações entre pais e filhos, senhores e escravos, nações e nações, homens e mulheres – foi, em diversos níveis, o legado cultural deixado às nações ocidentais.

2.1 Elementos formadores

Para Nunes (1987, p. 59) foram cinco os aspectos mais importantes na definição do conceito Ocidental de sexualidade, construídos a partir da Idade Média e sustentados pelo rígido moralismo religioso: 1) o patriarcalismo, a exaltação do poder do homem hebreu. 2) o dualismo platônico idealista e místico. 3) o estoicismo moral que negava a matéria e o prazer como intrinsecamente “maus”. 4) o maniqueísmo agostiniano que vê na sexualidade a fonte de todos os pecados, particularmente a partir da representação da “queda” de Adão. 5) o enquadramento dos agentes religiosos no celibato e o ideal de virgindade.

As heranças do patriarcalismo hebraico e do falocratismo grego são aspectos que vale a pena destacar entre estes elementos, uma vez que marcaram severamente a sociedade Ocidental, no que diz respeito às questões relacionadas à sexualidade. Nas sociedades atenienses, os registros históricos dão conta de que todas as relações sexuais – envolvendo homens heterossexuais ou homossexuais – eram baseadas na submissão e na dominação. Nesse contexto, as mulheres eram totalmente desvalorizadas, fadadas à submissão. A repressão sexual, o sistema de culpas e controle sexual estavam, desde então, estabelecidos (EISLER, 1996, p. 144). A doutrina Cristã, em seus primórdios, tratou apenas de reforçá-los.

A moral agostiniana é outro elemento marcante na formação do imaginário sobre sexualidade no Ocidente, bem como na orientação das práticas sexuais. Ela reduz a sexualidade ao nível procriativo. E, ainda assim, a considera inerentemente e eternamente pecaminosa. Essa condenação moral do sexo faz parte da estratégia dos primeiros sacerdotes do Cristianismo de impor e manter o controle sobre o povo, que ainda se

recordava de tradições muito antigas. A Igreja Católica queria se consolidar como a única e exclusiva fê e, para isso, era necessário extinguir quaisquer mitos e rituais do sistema religioso antigo (Eisler, 1996, p. 45-46).

Outro ponto importante, observado por Foucault, e que ajuda a compreender as particularidades da sociedade ocidental no que diz respeito à sexualidade, é o caráter de legitimidade imposto sobre a sociedade, entendida como reguladora das práticas individuais. Diz o autor que, desde a Idade Média, quando se estabelece a obrigatoriedade das confissões e da penitência, o indivíduo tende a referenciar-se pelos outros e pela manifestação de seus vínculos com os outros. “[...] Posteriormente [o indivíduo], passou a ser autenticado pelo discurso de verdade que era capaz de (ou obrigado a) produzir sobre si mesmo”. (1985, p. 58). Essa nova postura impactou o homem ocidental de tal forma que hoje está profundamente incorporada à cultura da sociedade. E se o ritual de confessar-se já não é tão freqüente, permanece o vício do auto-exame, da busca da culpa, do remorso, da tortura que cada um impõe a si mesmo, independentemente dos elementos coercitivos externos.

Sentimo-nos culpados frente ao sexo e parece-nos necessário confessar, quer ao padre, ao psicanalista, ao médico, à nossa própria racionalidade, as nossas “faltas” sexuais. “Essa culpa se inoculou através de rígida pregação, o poder da Igreja em formar o imaginário moral-social.” (NUNES, 1987, p. 69)

2.2 A ascensão da burguesia: um novo cenário

Com a lenta desestruturação do mundo medieval e a ascensão da burguesia, novas concepções acerca da sexualidade vão surgindo, em compasso com os ideais da nova classe dominante: o racionalismo, o empirismo e mesmo a dessacralização. Com o Capitalismo nascente, era necessário reprimir a energia sexual, que precisava ser empregada nas máquinas. “O princípio do prazer é domado e regulado pelo princípio da realidade, que no mundo burguês é o trabalho alienante e alienado” (NUNES, 1987, p. 68).

A nudez, que na época medieval era tida como natural, começa a ser coberta. A linguagem sobre o sexo passa a ser controlada, bem como a informação veiculada nos livros. O sexo é o grande inimigo do trabalho, agora a dimensão mais importante da experiência humana. Instaura-se uma certa negação do corpo e até uma certa negação do “eu”, suprimido em favor da civilidade, da máscara social.

Nessa nova realidade, todo o movimento repressivo da sexualidade desencadeado durante os séculos XVI, XVII e XVIII, entra em fase de profundas transformações. O trabalho de alguns médicos – com destaque para as figuras de Darwin e Freud - os tratados científicos, as transformações sociais e a superação de conceitos mecânicos e equivocados aceleram a transformação acerca dos conceitos relacionados à sexualidade.

De 1870 até a Primeira Guerra Mundial, surge o princípio de uma Ciência Sexual. Surge, também, o temor da superpopulação. Foi isso o que colaborou para que as políticas de contracepção fossem adotadas em larga escala, embora algumas religiões - principalmente o Cristianismo - vejam-na com reservas ainda hoje.

Para Foucault, a descoberta, em nível técnico, do conceito de população, no século XVIII, é o que gera as primeiras preocupações políticas e econômicas em relação ao sexo: pela primeira vez, a sociedade, em sua composição mais formal, interessa-se pela forma como cada um usa seu sexo. (FOUCAULT, 1985, p. 29)

É a partir do temor da superpopulação que surgem as preocupações com a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a freqüência das relações sexuais, a incidência das práticas contraceptivas, o celibato e assim por diante.

Esse processo desencadeia uma teia de observações sobre o sexo, conforme pontua Foucault: uma análise mais profunda das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, no limite do biológico e do econômico. “A Ciência, subordinada aos imperativos da Moral, tratou de classificar as anomalias de acordo com as normas médicas” (FOUCAULT, 1985, p. 54).

O capitalismo nascente cria também uma nova forma de divisão de trabalho, que vai impactar os códigos e valores relacionados, pela própria sociedade, ao sexo. Quando as mulheres saem de casa, rumo ao mercado de trabalho, a própria instituição do casamento sofre um abalo, conforme observa Gregersen (1983, p. 3):

[...] a quebra da tradicional divisão de trabalho, através da qual homens e mulheres realizavam tarefas diferentes, mas complementares, e o casamento era visto como um arranjo financeiro. Esta visão do casamento é agora menos real do que jamais foi. Cada vez mais, o sexo tornou-se a frágil base do casamento, ou de se viver algum relacionamento menos ritualmente definido.

Vale, ainda, destacar o impacto do desenvolvimento da tecnologia, que se deu nos anos subsequentes à Revolução Industrial, especialmente o desenvolvimento das tecnologias ligadas à reprodução humana, tais como as que permitiram a inseminação artificial, a clonagem de células humanas, as cirurgias transexuais, entre outras.

2.3 Libertação sexual no Ocidente: realidade ou utopia?

De 1914 até 1945, o mundo capitalista passa por uma série de crises, que culminam com a hegemonia norte-americana e a imposição do modelo “The American Way of Life”. Dentre outras várias características, vale destacar aqui a importância dos movimentos de contestação, surgidos em decorrência dessa nova realidade. Com o aparecimento de uma contracultura, nas décadas de 50 e 60, novas concepções ideológicas de sexualidade foram trazidas à tona. Esse movimento orientado para o sexo livre tinha muitas facetas: o movimento *hippie*, o movimento contra a guerra do Vietnã, o movimento de luta pelos direitos civis e, em particular, a cultura das drogas. O movimento *hippie*, em particular, aceitava a sexualidade fora do casamento, a nudez em público, o aborto e a homossexualidade. A libertação sexual era, em muitos casos, o símbolo e o matiz de outras liberdades exigidas. (NUNES, 1987, p. 73)

Esses movimentos abriram caminho para novas percepções sobre a sexualidade, entre elas: a rejeição gradativa da crença de que o sexo por prazer é sujo e pecaminoso, o empenho pela conquista da independência sexual (expresso pela possibilidade de escolher com quem manter relações e se elas resultarão numa gravidez ou não) e, em terceiro lugar, o esforço de um número cada vez maior de mulheres que exigiam o direito ao prazer sexual e que lutavam pela dissociação entre mulheres sexualmente ativas e prostitutas (EISLER, 1996, p. 252).

É também nessa época que se popularizam os métodos anticoncepcionais. Segundo Edgar Gregersen (1983, p. 164), em 1960, somente os governos da Índia e do Paquistão mantinham programas de planejamento familiar. Dez anos depois, outros 60 países haviam aderido a esse tipo de projeto. Atualmente, estima-se que, nos países industrializados do Ocidente, oitenta por cento da população total se utilize de algum método de contracepção artificial (GREGERSEN, 1983, p. 166). Entre os casais, nasce a possibilidade de conceber uma família sem filhos e uma autonomia maior é dada à mulher, que pode se valer de métodos contraceptivos para evitar a gravidez mesmo sem o consentimento ou a cooperação do companheiro.

Mas, se o que se esperava era um momento de descompressão sexual, o que se viu foi uma nova apropriação dos conceitos ligados à sexualidade que, daí em diante, passaram a ser manipulados de maneira a integrarem-se à máquina de consumo capitalista: toda propaganda passa a falar de sexo, a luta da mulher é estigmatizada, torna-se, ela própria e seu próprio corpo, um símbolo do consumismo.

É claro que este movimento histórico tem suas contradições, como observa Nunes (1987, p. 74):

“Houve também maior liberdade sexual, espaços conquistados pelas mulheres, pelos homossexuais e outros grupos.” Além disso, desde o início do século XX, o que se viu foi o afrouxamento dos mecanismos de repressão tradicionais, com certa tolerância às relações sexuais pré-nupciais e extra-matrimoniais, a certos tipos de perversão e diminuição dos tabus relacionados à sexualidade das crianças. Da mesma forma, os atos orais-genitais foram menos estigmatizados.

No entanto, numa perspectiva transcultural, nenhum desses fatos soa como extraordinário, conforme pontua Gregersen (1983, p. 179):

A relação da sexualidade com a cultura é complexa. Certamente que os aspectos culturais podem modificar-se dramaticamente, porém, talvez a cultura da sexualidade seja mais estável do que se supunha. As mudanças recentes, tão discutidas, talvez não sejam uma ‘revolução’, como se tem proclamado.

Segundo Foucault (1985, p. 81), o poder sobre o sexo, no Ocidente, se estabeleceu através do impositivo da negação: o “não pode”, contra o “pode”, num discurso emprestado do Direito. A censura, nesse contexto, se estabelece de três formas: afirmando o que é proibido e permitido (através de um discurso autorizado), impedindo que se diga (desautorizando o discurso) e negando simplesmente a existência de uma dada realidade. O principal instrumento deste poder é o castigo, que nada mais é do que a supressão. Todos os modos de dominação, submissão, sujeição, se reduzem ao efeito da obediência. Isso porque, desde a Idade Média, o poder sempre se apoiou, ao menos nas sociedades ocidentais, no Direito.

Para Marcuse, vivemos numa sociedade deserotizada. Alguns tabus foram afrouxados, o sistema permite o sexo quantitativo e compensador, porém, não prevê a humanização e o sentimento do afeto, que são os aspectos qualitativos relacionados à atividade. Trata-se de um prazer mecanizado, compulsivo (MARCUSE, 1978, 82-83).

2.4 O comportamento sexual e a AIDS

O termo AIDS significa síndrome da imunodeficiência adquirida, seguindo a terminologia em língua inglesa (Acquired Immunodeficiency Syndrome). Como o próprio nome indica, a doença é caracterizada por um conjunto de sintomas e sinais que indicam um profundo transtorno no sistema imunológico. É também uma infecção viral e, portanto, não pertence ao grupo das imunodeficiências primárias (NASSETTI, 2001, p. 9-10).

Na literatura existente, ainda é difícil precisar onde apareceram os primeiros casos da doença. Porém, pode-se dizer que os primeiros casos diagnosticados e registrados nos países desenvolvidos datam de 1981. Neste ano, cinco adultos do sexo masculino, homossexuais e moradores de Los Angeles, apresentaram quadro de uma pneumonia atípica e outras infecções oportunistas. Logo, a doença alcançou a Europa e outras regiões do mundo, terminando a década de 80 como o mais temido e controvertido dos males.

Dada que uma das principais vias de transmissão é a sexual, a doença causou profundo impacto no comportamento sexual da juventude e de toda a sociedade contemporânea.

O uso do preservativo tornou-se imprescindível e o discurso do sexo seguro estabeleceu-se como prioridade em todos os círculos sociais, especialmente os institucionalizados: na escola e na família. Em muitos casos, o discurso científico volta a suplantar outras dimensões da experiência sexual, tais como o afetivo.

Travestido de preocupação com a saúde e a higiene, padrões moralistas voltaram à tona e a AIDS, em

muitos casos, serviu como veículo para a discriminação social dos padrões estereotipados, dos preconceitos e de toda a repressão sexual histórica (NUNES, 1987, p. 79).

Para Elizabeth Kübler-Ross (1988, p. 16) a AIDS tornou-se o grande problema socio-político de nosso tempo, uma linha divisória para grupos religiosos, um campo de batalha para pesquisadores da área da Medicina e, sobretudo, um campo fértil para demonstrações de preconceito.

Neste início do século XXI, a epidemia da AIDS segue em expansão, marcada por assimetrias regionais e populacionais (BASTOS, 2006, p. 83) e continua a impactar o comportamento sexual do homem moderno. Em contraposição, o avanço dos estudos sobre a doença contribui para que seja menos estigmatizada.

3. A sexualidade no Brasil

O primeiro passo para compreender a cultura da sexualidade no país é observar que, no Brasil e entre os brasileiros, há uma certa ênfase na natureza sensual dos indivíduos. O conceito remete aos tempos de civilização, quando os exploradores fizeram suas primeiras representações dos trópicos. Curioso notar, no entanto, que aquilo que ficou marcado pelas descrições dos forasteiros e dos exploradores passou a ser reproduzido, de maneiras diversas e em circunstâncias diferentes, pelos próprios brasileiros, pelo menos nos dois últimos séculos de sua história (PARKER, 1991, p. 23).

Essa sexualidade exarcebada, depois da chegada do europeu, está relacionada, segundo Parker (1991, p. 48): 1) Ao meio social e econômico da época, às relações de poder e dominação que trataram de separar conquistadores de conquistados, senhores de escravos e 2) À própria escravidão, em sua forma de instituição social, que ajudou a afrouxar códigos morais e a favorecer os excessos sexuais.

Além disso, quando se estuda a sexualidade brasileira, vale destacar o legado patriarcal a marcar severamente as relações de gênero. Embora a clássica configuração patriarcal venha diminuindo visivelmente nas famílias brasileiras, sua significação continua a afetar o pensamento da sociedade, a maneira como os brasileiros vêem sua própria história e sua forma de atuação no meio social. (PARKER, 1991, p. 63)

Esse modo de ver, segundo Parker, sustenta uma moralidade sexual que oferece ao homem uma quase completa liberdade sexual ao mesmo tempo em que limita drasticamente a vida sexual da mulher. Diz o autor (1991, p. 104):

Esses mesmos entendimentos tanto postulam as forças potencialmente perigosas que poderiam interpelar a estrutura hierárquica, como fornecem um conjunto de canais altamente específicos (e muitas vezes bem concretos) para o controle de, virtualmente, qualquer coisa que ameace a aceitação inconsciente da ordem estabelecida.

O entendimento da realidade sexual brasileira também não é possível à margem da referência dada pelas religiões formais, mais especificamente o catolicismo. A divisão dos sexos, a estrutura da dominação masculina e até mesmo a importância da virgindade são legitimados pela Igreja Católica. O sexo, em si mesmo, adquire contornos mais complexos.

As noções de legitimidade e ilegitimidade da prática são organizadas em torno de três noções básicas: o casamento, a monogamia e a procriação. E apenas as condutas sexuais adequadas a esses conceitos são legítimas. O que está fora disso é taxado de “pecaminoso” e liga-se à noção de culpa. (PARKER, 1991, p. 116)

A única prática sexual socialmente reconhecida é a adotada pelo casal oficialmente unido perante a sociedade, encumbido da função de reproduzir-se. Este é o modelo imposto e o que ocorre fora dessa realidade

passa a ser visto com desconfiança. “Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá esse *status* e deverá pagar as sanções”. (FOUCAULT, 1985, p. 10)

Porém, se aceitamos que as religiões e, em especial, o catolicismo, tiveram papel importante na organização e regulação do universo sexual, desde pelo menos a metade do século XIX, elas coexistiram com outros discursos formais, tão socialmente legitimados quanto, reverberados pela comunidade científica. Em meados do século XIX, a população urbana no Brasil começou a crescer significativamente e surgiu uma preocupação acentuada com as questões de saúde, higiene e reprodução. A Medicina passou, então, a ter papel de regulamentação na atividade sexual, classificando práticas sexuais e até desejos sexuais “em termos de uma nova economia simbólica de doença e saúde”. (PARKER, 1991, p. 124)

Começa a disseminar-se, então, um discurso sobre sexualidade que visa analisar, contabilizar, classificar a prática sexual, incluindo-a numa ordem não apenas moral, mas também racional. Segundo Foucault, é o momento de se falar sobre sexo publicamente não apenas para distinguir lícito de ilícito, mas para inseri-lo em sistemas de utilidade, regulando o bem de todos e fazendo-o funcionar num padrão. (1985, p. 27)

À insistência da igreja em intervir nas relações conjugais e em repelir compulsivamente o sexo fora do casamento, seguiu-se numa época em que a Medicina se tornou o principal elemento de regulação, tratando de gerir as práticas sexuais.

O sexo passou a ser visto, mais do que nunca, em sua perspectiva “utilitária”. O significado da expressão é esclarecido por Parker (1991, p. 16):

[...] houve uma nova ênfase cultural na reprodução como finalidade apropriada dos encontros sexuais [...] A energia sexual canalizada nessa direção legítima era assim contrastada com a energia sexual gasta apenas na procura do prazer. [...] Sexo tornou-se sexualidade – um objeto de estudo.

Na prática, essa nova realidade, em que o sexo foi altamente racionalizado, permitiu o estabelecimento de critérios, construídos de acordo com a terminologia da ciência, para classificar a normalidade e a anormalidade. A partir daí, a sexualidade tornou-se um tema de debate na sociedade, especialmente quando questões sobre o aborto, o direito das minorias sexuais e a propagação de doenças sexualmente transmissíveis começaram a chamar a atenção da opinião pública.

3.1 A modernização da vida sexual no Brasil

Assim como o desenvolvimento dos conceitos ligados à sexualidade no século XIX estiveram apoiados nos fundamentos da doutrina religiosa – embora tenham ultrapassado esses limites ao incorporar também os discursos médicos e higiênicos – o século XX foi marcado por um processo de modernização, marcado por diversos elementos, descritos por Parker (1991, p. 134-136). O primeiro deles é o crescente ritmo da urbanização, que permitiu a formação de centros onde a vida intelectual fermentava, com a apropriação de idéias e valores vindos da Europa e dos Estados Unidos e marcados por um caráter liberal que contrastava com as tendências restritivas do século XIX. Além disso, novas disciplinas, como a Psicologia, a Sociologia e a Sexologia, começam a tratar razoavelmente os problemas sexuais. Ao mesmo tempo, há um retrocesso do significado da família, da moralidade tradicional e da autoridade religiosa. Os movimentos feministas e homossexuais, embora não tenham adquirido a amplitude de um movimento social sólido - como aconteceu em grande parte da Europa e na América do Norte – ajudaram a questionar as noções tradicionais de gênero

e de sexualidade. Todos esses aspectos ajudaram a moldar as transformações ocorridas na vida sexual dos brasileiros nas últimas décadas.

Nesse processo, vale destacar, ainda, o espaço que o assunto “sexo” conquistou no discurso público. “Em filmes, rádio e televisão, tanto nas revistas e jornais da elite como nas populares, nos livros mais vendidos, na verdade, em quase todas as áreas da moderna indústria da comunicação, o sexo tornou-se um dos tópicos favoritos de discussão” (PARKER, 1991, p. 137).

No Brasil contemporâneo, era imprescindível confrontar ignorância com conhecimento e informação. Novas formas de educação sexual passam a ser consideradas e postas em prática, antigos conceitos, como o onanismo, são reinterpretados.

A própria noção de doença sofreu um importante impacto. Ela não estava mais situada nos corpos ou nas pessoas, mas era fruto das superstições e repressões (PARKER, 1991, p. 142).

Nos debates, novos assuntos ganham espaço: o sexo fora do casamento (previsto nas “relações abertas”, o adultério consentido), o controle voluntário da reprodução e até a procriação (que passa a ser socialmente aceita como uma opção, a ser discutida pelo casal, podendo não prevalecer sobre a decisão de não ter filhos).

No entanto, embora tenha havido um repensar dos valores sexuais, o que os estudiosos do assunto tem deixado claro é que o processo de racionalização que marcou profundamente a forma de entender e orientar a vida sexual no Brasil continua praticamente inalterado (PARKER, 1991, p. 17). A norma reprodutiva continua sendo referência principal e a maioria dos brasileiros contemporâneos ainda vê sua sexualidade de forma fragmentada e imperfeita, levando em conta os conceitos de gênero arraigados à cultura popular, a idéia de renúncia à carne – difundida pela religião – e as normas científicas, que determinam o que é permitido e o que é proibido, definindo alguns desejos como perigosos.

3.2 AIDS no Brasil

No Brasil, o primeiro caso de AIDS foi notificado em 1980, em um homem bissexual (NASSETTI, 2001, p. 30). A doença se alastrou rapidamente e, em 1996, já haviam sido notificados pelo Ministério da Saúde quase 83 mil casos. A principal via de transmissão para homens e mulheres acima de 13 anos é a sexual, o que evidentemente serviu como base para uma nova normatização em relação às práticas sexuais – incluindo a obrigatoriedade da camisinha -, seguindo a tendência mundial.

No país, houve a apropriação de diversos tabus que acompanharam os primeiros registros da doença no resto do mundo, em especial nas sociedades americanas. Porém, muitos deles foram arrefecendo em decorrência das próprias pesquisas científicas e dos dados sobre o crescimento da doença no mundo. A questão dos grupos de risco, por exemplo, teve que ser revista. Nos anos mais recentes, a epidemia evoluiu entre as mulheres. A relação homem X mulher que era de 40 X 1 em 1983, chegou a 3 X 1 em 1996. Da mesma forma, aumentaram os casos de transmissão entre heterossexuais. Até 1995, não havia casos desse tipo notificados no país. Porém, a partir de 1995, essa via foi responsável por 20,7% dos casos. Entre as mulheres, a transmissão em relações heterossexuais representa mais da metade dos casos desde 1993 (NASSETTI, 2001, p. 30-31).

Esses dados, entre outros, contribuíram para que a doença fosse menos estigmatizada. No entanto, muitas formas de discriminação e preconceito, disseminados nos primórdios da descoberta da síndrome, ainda persistem, marcando fortemente as relações sociais.

3.4 Ambigüidades da vida moderna

Para buscar o entendimento da sexualidade brasileira, é preciso encarar não só as referências delimitadoras da atividade sexual mas também a capacidade de cada ator de, neste contexto, moldar suas

próprias experiências sexuais.

Num cenário que ainda é marcado pelo controle e pela possibilidade de estabelecer normas, aparece, em paralelo, um universo marcado pela transgressão e que, em grande parte, marca a própria identidade do povo brasileiro. Segundo Parker (1991, p. 18), para os brasileiros, é no domínio erótico que a transgressão sexual não apenas se torna possível, como também passa a ser valorizada. No universo do erotismo, as transações sexuais são um fim em si mesmas: o objetivo é a realização do desejo e a obtenção do prazer pura e simplesmente. A “ideologia erótica”, como define Parker, estrutura um universo alternativo de experiência sexual, que chega até a marcar as diversas manifestações populares: a linguagem, as festas típicas, as histórias que uns contam aos outros sobre si próprios, sempre se colocando como seres extremamente sensuais.

Para entender esses processos [...] e as profundas implicações que têm para a vida de alguns seres humanos, precisamos olhar não apenas para as semelhanças, os padrões de coerência cultural que existem entre essas configurações altamente diferentes, mas também para as diferenças cruciais que as separam – as contradições lógicas e emocionais que fluem delas. (PARKER, 1991, p. 19)

O autor se refere, neste trecho, às ambigüidades que marcam a vida moderna brasileira.

Na mesma linha de pensamento, observa Foucault que as sociedades industriais modernas não foram capazes de reprimir intensamente e objetivamente as práticas sexuais periféricas. O que se deu, em decorrência da aplicação de diversos mecanismos coercitivos, foi, ao contrário, uma “proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades disparatadas” (FOUCAULT, 1985, p. 48).

A tão esperada libertação sexual, na sociedade atual, encontra-se travestida pela proliferação de discursos sobre o sexo e atos sexuais, que incitam o consumismo, a pornografia e a relação objetual e superficial com a própria sexualidade e a alheia. Para Anthony Giddens, o sexo, na cultura moderna, transformou-se em mercadoria. Diz-nos o autor: “A sexualidade gera prazer; e o prazer, ou pelo menos a sua promessa, proporciona um incentivo para os produtos comercializados em uma sociedade capitalista” (1993, p. 194). Para ele, a sexualidade é o ponto central da nossa sociedade de consumo, caracterizada pelo hedonismo.

O fenômeno da exploração do sexo em seu aspecto objetual, no entanto, não foi acompanhada de uma emancipação dos indivíduos com relação aos aspectos que dizem respeito ao próprio corpo e às experiências de sexualidade. Para Nunes (1987, p. 11), é um mito dizer que “os jovens de hoje sabem mais”. O autor afirma que esta é apenas uma estratégia que os pais e a sociedade, de forma geral, utilizam para justificar sua omissão.

No contexto atual, o que se vê é que a família se prende a um discurso dogmático sobre sexualidade, a religião assume discursos muitas vezes contraditórios no que diz respeito à questão, quando não defende um conservadorismo anacrônico. Já o Estado, que controla as escolas, vê a questão menos pela ótica moralista e mais pelo viés técnico, sob o ponto de vista demográfico, biológico, profissional e político (NUNES, 1987, p. 15).

De qualquer forma, o que se pode concluir é que ainda impera um quadro de ambigüidade em relação à sexualidade: nunca se falou tanto de sexo. Mas, de certa forma, a desinformação e a falta de intimidade com o assunto persistem.

4. Considerações

Mesmo neste breve apanhado da história da sexualidade - bastante superficial tendo em vista a grande

complexidade que envolve o tema - é possível perceber que se trata de um processo marcado por avanços e retrocessos. Na atualidade, a sociedade, de modo geral, é menos pautada pela hierarquia e pelas relações de dominação, seja entre pais e filhos, homens e mulheres, etc. Porém, a situação das mulheres permanece ainda numa condição paradoxal. Embora elas tenham mais acesso ao mercado de trabalho, aos estudos ou mesmo às situações que permitem vivenciar e experimentar sua própria sexualidade, permanecem no imaginário da mulher e do homem as noções ligadas às normas sociais, à honra e à desonra, que freqüentemente punem mais severamente as mulheres que os homens e ainda seguem fomentando padrões estereotipados, que pautam as relações entre os sexos. Da mesma forma, boa parte das mulheres ainda cria uma imagem de si menos orientada para seus desejos e necessidades autênticas e mais para se ajustar às exigências e gostos dos homens. A imagem da mulher, e especificamente a imagem do corpo feminino, continua a ser explorada, muitas vezes com propósitos mercantilistas, como já dissemos.

Embora cada vez mais pessoas se mobilizem pelo fim das idéias ligadas ao autoritarismo, sexismo e outras formas de dominação política e econômica que, em muitos casos, se sustentam no discurso da repressão – inclusive sexual – há ainda focos de resistência em toda a sociedade. Um dos mais comuns é o que aparece travestido de “retorno aos valores tradicionais da família” e que, não raro, prega o retorno à organização patriarcal e autoritária.

Existe mais informação sobre sexualidade e, inclusive, nos últimos anos proliferaram os livros sobre como homens e mulheres podem obter satisfação sexual. Nas escolas, a educação sexual foi introduzida nos currículos. E mesmo a imprensa – especialmente a feminina – viu-se obrigada a tocar nas questões relativas à sexualidade. No entanto, pelo menos nas esferas institucionalizadas, trata-se de um discurso extremamente orientado para as questões de saúde e reprodução e muito pouco preocupado com os impactos da atividade sexual na vida humana em suas dimensões psíquica e mesmo afetiva.

Outras tendências apontam para uma direção diferente. Há grande quantidade de material pornográfico no mercado, descrevendo e mesmo estimulando o sexo compulsivo, mecânico, completamente dissociado da experiência afetiva. Nessa mesma linha, aparecem representações impessoais e objetuais da sexualidade em grande número de propagandas e programas de TV.

Em relação à revolução sexual moderna, é importante dizer que permitiu às mulheres um resgate de sua própria sexualidade. Porém, reprimida como foi durante tantos séculos, é claro que permanecem ainda, muitas delas, incapazes de se expressarem sexualmente e de ter prazer no sexo. Da mesma forma, a sexualidade dos homens também foi distorcida de modo que, com toda a obsessão pelo falo, vários homens se mostram, mesmo atualmente, separados da essência do poder sexual: a capacidade de experimentar totalmente o prazer.

Nesse contexto, parece claro que ainda há muito o que se dizer sobre sexo e sexualidade. Este estudo - que apenas propôs uma breve reflexão sobre as origens dos conceitos relacionados ao tema, na sociedade ocidental - longe de esgotar as considerações possíveis, pretende ser um ponto de partida para muitos outros trabalhos sobre o tema. Mesmo tendo despertado o interesse de um número cada vez maior de pessoas nas últimas décadas, há ainda pouca intimidade, de modo geral, com as questões relacionadas à sexualidade, bem como à sua vivência. Apresenta-se aí importante objeto de estudo para essa e, ao que tudo indica, para muitas gerações futuras.

5. Referências

BASTOS, Francisco Inácio. **AIDS na terceira década**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

- CHAUI, Marilena. **Repressão sexual**: essa nossa (des)conhecida. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- EISLER, Riane. **O prazer sagrado**: sexo, mito e a política do corpo. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 7. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Tradução de Paulo Dias Corrêa. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GREGERSEN, Edgar. **Práticas sexuais**: a história da sexualidade humana. Tradução de Antonio Alberto de Toledo Serra e Edson Ferreira. São Paulo: Livraria Roca, 1983.
- KÜBLER-ROSS, Elizabeth. **AIDS: o desafio final**. Tradução de Marilena Pires Caetano Ruas. São Paulo: Best Seller, 1988.
- MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. 6. ed. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MURARO, Rose Marie. **Sexualidade da mulher brasileira**: corpo e classe social no Brasil. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.
- NASSETTI, Pietro (Org). **O que você deve saber sobre AIDS**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.
- NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. Campinas, SP: Papyrus, 1987.
- PARKER, Richard G. **Corpos, prazeres e paixões**: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. 2. ed. Tradução de Maria Therezinha M. Cavallari. São Paulo: Best Seller, 1991.
- VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, amor e desejo no Ocidente cristão**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.